

**ESTRATÉGIA DE TRANSFORMAÇÃO ECONÔMICA
DO CENTRO-OESTE: O CAMINHO EXTERNO**

Murilo José de Souza Pires

Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais (Dirur) do Ipea.

O final dos anos 1980 foi marcado por uma forte transformação no modelo de desenvolvimento nacional, uma vez que o esgotamento do modelo de substituição de importações não conseguiu impulsionar mais o incremento do produto *per capita* e proporcionar um ambiente de estabilidade macroeconômica. Com a crise fiscal e financeira da União nos anos 1980, esse modelo de desenvolvimento se esgotou e os desequilíbrios macroeconômicos tornaram-se mais agudos, levando, por conseguinte, o país à hiperinflação e a sucessivas crises de balanço de pagamentos.

No lugar do modelo de substituição de importações, teve início um novo modelo de desenvolvimento, ancorado em premissas que tinham por fito ampliar o grau de integração da economia nacional ao mercado internacional. Para isso, deu-se partida a um conjunto de reformas liberalizantes e privatizações que tinham como meta inserir a economia brasileira na lógica de valorização do capital globalizado e sua aderência aos postulados do Consenso de Washington.

No caso regional, esse modelo de desenvolvimento se cristalizou, com maior enraizamento, durante os governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Nessa época, houve a integração com o mercado internacional, por meio dos eixos nacionais de integração e desenvolvimento. Da mesma forma, a região produtora do Centro-Oeste foi conectada ao mercado internacional – em especial, aos blocos econômicos da União Europeia, Oriente Médio, China, Hong Kong e Macau, além da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), Japão, Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA) e Mercado Comum do Sul (Mercosul).

É no bojo dessas transformações econômicas que os estados do Centro-Oeste vão, paulatinamente, integrando suas estruturas produtivas à dinâmica econômica nacional e internacional e impulsionando sua produção local, em especial, aqueles segmentos setoriais

que apresentam maiores vantagens comparativas. É por intermédio dessas alomorfias estruturais que se faz a urdidura dessa investigação. Ou seja, verificar como os estímulos emitidos pelo processo de integração comercial das economias da região Centro-Oeste à dinâmica dos mercados internacionais, a partir dos anos 1990, regulou o comportamento da estrutura setorial da produção industrial desses estados nesse período.

A partir das observações desenvolvidas por Lavinas, Garcia e Amaral (1997), Cano (2011), Macedo (2010), Pires e Santos (2013) e Siqueira (2013), trabalha-se com a hipótese de que a conexão entre a economia local e o mercado internacional teve um papel importante no direcionamento das transformações na estrutura produtiva do Centro-Oeste. Afinal, ao estimular a produção de mercadorias demandadas nos mercados internacionais, de certa forma, os agentes econômicos foram condicionados a realizar suas decisões de investimento em setores industriais fortemente ligados a cadeias de valor internacionais.

No início dos anos 1990, o Centro-Oeste tinha uma participação no valor total exportado inferior àquela encontrada para as demais regiões brasileiras. Porém, com o avanço da inserção dos seus produtos internacionalmente, expandiu o seu ritmo de crescimento nos mercados globalizados. As taxas obtidas tornaram-se superiores às observadas para as demais regiões nacionais.

Naqueles estados em que as exportações foram mais significativas, como Mato Grosso e Goiás, verifica-se uma concentração de exportações de produtos básicos *vis-à-vis* produtos manufaturados e semimanufaturados. Por exemplo, no caso do Mato Grosso, grande parte de suas exportações, no período de 1990 a 2016, concentrou-se em produtos relacionados às cadeias de valor de soja e derivados; milho; carnes bovinas; carnes suínas; carnes de aves; e algodão não cardado e penteado.

Esse mesmo movimento foi encontrado para o estado de Goiás, que concentrou, também, parte significativa de suas exportações em produtos básicos – em especial, aqueles relacionados a soja e derivados; carnes; milho; e sulfetos de minério de cobre e concentrados.

No caso das importações, nota-se que, entre as regiões nacionais, o Centro-Oeste apresentou a menor participação no valor total importado, no período compreendido entre 1990 e 2016. Em contrapartida, é importante ressaltar que esse espaço territorial, no período em destaque, foi aquele que apresentou a maior taxa de crescimento real por importados entre as regiões nacionais.

Esse incremento nas importações centro-oestinas teve um papel importante na redução do hiato existente entre a razão do valor das importações das regiões Norte e Nordeste *vis-à-vis* Centro-Oeste, uma vez que, no início dos anos 1990, essa razão era superior ao óctuplo e em 2016 encontrava-se pouco acima do triplo. Nesse sentido, as importações da região Centro-Oeste passaram de 0,8% do total nacional, nos anos 1990, para 5,5%, em 2016. Isso significa que, para avançar ainda mais em sua estratégia de inserção no mercado internacional, os estados do Centro-Oeste aprofundaram sua integração e dependência em relação ao mercado internacional.

Entre os estados do Centro-Oeste, os maiores demandantes por produtos externos foram Goiás e Mato Grosso do Sul. No caso de Goiás, os produtos importados que mais contribuíram para a dinâmica econômica do estado foram os manufaturados. Em 1990, os três principais produtos da pauta de importações goiana eram produtos alimentícios; máquina e equipamentos não classificados em outro código ISIC (N.C.O.I.); e equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos.

Em 2016, constata-se que houve um significativo crescimento dos setores relacionados a produtos químicos e produtos farmoquímicos e farmacêuticos. No caso específico do setor de veículos automotores, reboques e carrocerias, observa-se que sua participação foi crescente entre 1999 e 2013. Porém, depois dessa data, houve um declínio até 2016, em decorrência da crise econômica vivenciada pelo país, quando concentrou pouco menos de 20% das importações.

No caso do Mato Grosso do Sul, percebe-se que, no período de 1990 a 2016, houve uma predominância na importação de produtos básicos. De 1990 até a crise

cambial de 1999, há uma preeminência dos setores industriais relacionados à agricultura e à pecuária e, em menor nível, a produtos alimentícios.

Após a crise cambial de 1999, nota-se uma reversão nessa tendência, porque o setor de extração de petróleo e gás natural concentrou, depois dessa data, mais de 80% da pauta importadora de produtos básicos do Mato Grosso do Sul. Nesse sentido, grande parte das importações do estado do Mato Grosso do Sul concentrou-se em produtos provenientes da extração de petróleo e gás natural, porém com um peso menor na importação de produtos alimentícios e na agricultura e na pecuária.

Em relação à estrutura industrial centro-oestina, apurou-se que, no período de 2007 a 2016, a relação do valor bruto da produção industrial (VBPI) das regiões Norte e Nordeste *vis-à-vis* região Centro-Oeste apresentou uma redução em seu hiato, sobretudo por causa da intensidade do crescimento da produção industrial do Centro-Oeste. Afinal, esse índice foi o dobro do observado para o Nordeste, e pouco mais de uma vez do obtido para a região Norte.

Em termos estruturais, dos 29 setores que constituem a estrutura industrial Centro-Oeste, os dez principais, nos anos de 2007 e 2016, concentraram pouco mais de 90% do VBPI deste espaço regional. De modo geral, em 2016, os setores que foram mais expressivos, em termos de concentração do VBPI, foram aqueles relacionados com: *i*) fabricação de produtos alimentícios, com 54,8%; *ii*) fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis, com 10,2%; *iii*) fabricação de produtos químicos, com 8,3%; *iv*) fabricação de celulose, papel e produtos de papel, com 3,7%; *v*) fabricação de bebidas, com 3,1%; *vi*) fabricação de produtos de minerais não metálicos, com 2,6%; *vii*) fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias, com 2,4%; *viii*) metalurgia, com 2,3%; *ix*) fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos, com 1,8%; e *x*) fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos, com 1,7%.

Isto posto, pode-se aferir que há uma imbricação significativa entre a estrutura produtiva industrial da região Centro-Oeste e os seus vetores externos, isto é, as importações e exportações. Isso porque os principais produtos confeccionados no setor industrial apresentam,

também, forte participação na pauta exportadora desse espaço regional. Já no caso das importações, observa-se que grande parte da demanda centro-oestina por produtos externos vem alimentar, enquanto insumo, as plantas industriais localizadas nessa região.

REFERÊNCIAS

CANO, W. Novas determinações sobre as questões regional e urbana após 1980. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 27-53, nov. 2011.

LAVINAS, L.; GARCIA, E. H.; AMARAL, M. R. **Desigualdades regionais e retomada do crescimento num quadro de integração econômica**. Rio de Janeiro: Ipea, 1997. (Texto para Discussão, n. 466).

MACEDO, F. C. **Inserção externa e território**: impactos do comércio exterior na dinâmica regional e urbana no Brasil (1989-2008). 2010. 286 f. Tese (Livre-docência) – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2010.

PIRES, M. J. de S.; SANTOS, G. R. **Modelo agroexportador, política macroeconômica e a supremacia do mercado**: uma visão do modelo brasileiro de exportação de *commodities*. Brasília: Ipea, 2013. (Texto para Discussão, n. 1817).

SIQUEIRA, H. Dinâmica regional brasileira (1990-2012). In: SIQUEIRA, H.; BRANDÃO, C. (Org.). **Pacto federativo, integração nacional e desenvolvimento regional**. São Paulo: Editora Fundação Perceus Abramo, 2013.